

Data: 01.12.2017

Titulo: Empresa pública da floresta já existe e está em Lisboa

Pub: **Expresso** **ECONOMIA**



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 40;1;12

Últimas

Já há uma empresa pública para as florestas O ministro da Agricultura, Capoulas Santos, tinha prometido — a 14 de novembro — criar uma empresa pública para as florestas. Mas nem vai ser preciso fazer uma nova, pois basta ‘reciclar’ uma que já existe. Chama-se Lazer e Floresta, é detida a 100% pela Parpública e está sediada em Lisboa. Em 2018 custará €5 milhões. **12**

Área: 339cm² / 8%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5934928

Data: 01.12.2017

Título: Empresa pública da floresta já existe e está em Lisboa

Pub: **Expresso** **ECONOMIA**



Tipo: Jornal Nacional Semanal

Secção: Destaque

Pág: 40;1;12

Empresa pública da floresta já existe e está em Lisboa

Chama-se Lazer e Floresta, é detida a 100% pela Parpública e vai ter um impacto orçamental de €5 milhões em 2018 E12



Área: 339cm² / 8%

Tiragem: 123.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 5934928



FLORESTA

‘Nova’ empresa já existe e tem sede em Lisboa

Chama-se Lazer e Floresta, está na Parpública e terá um **impacto orçamental de €5 milhões** em 2018

O anúncio foi feito a 14 de dezembro por Capoulas Santos, ministro da Agricultura. Decorria a discussão na especialidade da proposta do Orçamento do Estado para 2018 quando prometeu a criação de uma empresa pública para a gestão da floresta. Queria que fosse o Estado a dar o exemplo de uma gestão “pró-ativa” naquele sector.

Acontece que, em vez de criar uma empresa de raiz,

o Governo vai ‘reciclar’ uma que já existe. Chama-se Lazer e Floresta, é detida a 100% pela Parpública e tem sede na Avenida Defensor de Chaves, em Lisboa. É presidida Francisco Rodrigues Cal, que chegou a ser apontado para administrador da ANACOM, entidade reguladora das telecomunicações.

O Expresso sabe que a empresa pública de gestão das florestas irá ter um impacto

de €5 milhões no Orçamento do Estado de 2018. Não servirá para gerir as matas e florestas públicas (isso ficará para o ICNF — Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) mas sim as propriedades dos privados. Daqueles que, sabendo-se quem são, não estão interessados em assumir eles próprios a gestão do seu ativo, ou de áreas florestadas mas cujo dono se desconhece.

O Governo dará prioridade ao arrendamento e só em casos muito extremos optará pela compra dos terrenos florestados.

“Se o arrendamento de um hectare de floresta pode custar entre €130 a €150 por ano, com os €5 milhões que o Governo diz que vai disponibilizar para a tal empresa poderia perfazer cerca de 30 mil hectares de floresta. Não é mau, mas a prioridade do momento nem sequer é essa”, nota Vasco Campos da CAULE, uma das maiores organizações de produtores florestais em Portugal. O que é urgente, agora, é “garantir a construção de parques para o armazenamento da madeira queimada, para que os produtores afetados possam minimizar as suas perdas”,

acrescenta aquele dirigente associativo, da região de Oliveira do Hospital.

Pedro Ochôa, investigador na área florestal e professor no Instituto Superior de Agronomia, considera que esta medida do Governo surge desgarrada da realidade. “Se não tivessem existido as catástrofes de junho e de outubro provavelmente esta empresa pública para a floresta nem teria sido anunciada.”

Continua a faltar uma visão estratégica

Este especialista critica o facto de continuar a não existir uma visão estratégica e coordenada para a floresta e de as medidas avulso se sobreporem constantemente ao trabalho de fundo que continua por fazer: pensar a floresta como um recurso nacional fundamental. E diz ainda que o ICNF permanece tecnicamente limitado na sua intervenção sobre o território florestado.

O Governo quer que, nesta tarefa de gestão das florestas, sejam envolvidas também as autarquias, as associações, as cooperativas e até as fundações.

VÍTOR ANDRADE

vandrade@expresso.impresa.pt

A TER EM CONTA

■ Governo já não vai criar uma empresa pública para a floresta, mas ‘recicla’ uma que já existe

■ O impacto orçamental em 2018 é de €5 milhões e será orientado sobretudo para financiar o arrendamento de floresta aos privados

■ A empresa que já existe — a Lazer e Floresta — está sediada na Avenida Defensor de Chaves,

em Lisboa

■ Analistas do sector consideram estar medida governamental desadequada

■ O ICNF continuará responsável pela gestão das florestas do Estado